



Dimensão pública y
ordenamiento del territorio

Frederico Canuto
Marcela Silviano Brandão
Juliana Torres de Miranda
Marcos Felipe Sudré Saidler
fredcanuto@gmail.com
sudresaidler@gmail.com
marcelasbl.arq@gmail.com
jutorres.miranda@gmail.com

Departamento de Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. www.topologias.wixsite.com/topologias. Departamento de Projetos da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Assessoria técnica como luta pela existência: o caso dos indígenas em Belo Horizonte em três experiências¹

1. Introdução

A temática indígena tem sido uma questão central na história do Brasil: seja devido à ideia construída, desde a colonização, do descobrimento de uma América que ironicamente já era povoada; seja em função da visibilidade que os povos originários tem tanto dentro e fora do território nacional, por meio das instituições que lhe asseguram direitos como a Funai e a ONU em detrimento a um desejo de esquecimento da história; seja por conta do ideário em torno das imagens difundidas sobre o Brasil e a herança cultural dos indígenas presente nesse repertório de narrativas. Portanto, uma questão central que teima em permanecer como tal devido a esforços de poucos em contraponto a um desejo de invisibilidade de muitos.

¹ O programa de extensão MORAR INDÍGENA gostaria de agradecer a parceria e apoio constante da Pró reitoria de Extensão da UFMG nas atividades do grupo, especialmente em tempos difíceis e árduos pós-golpe de 2016.

Ao se colocar os indígenas como tema fora de aldeamentos isolados na floresta, a situação fica ainda mais complexa. Há poucos estudos sobre os indígenas não aldeados, ou seja, sobre aqueles que se encontram dispersos por grandes cidades e menos ainda, em regiões mais urbanizadas como as grandes capitais brasileiras. Ainda que encontrem-se como matéria de jornais e revistas são sempre vistos com desconfiança a respeito de sua própria afirmação étnica e cultural, com pouquíssimos espaços de visibilidade e de construção da ideia de um ser índio.

O programa de extensão MORAR INDÍGENA se envolveu com o trabalho de assessoria técnica aos indígenas que se encontram nas cidades, mais especificamente, em Belo Horizonte, Minas Gerais, justamente no encontro de toda essa complexa rede de interesses, visibilidades e representações. Grupos indígenas que vivem nesta cidade mas que

Palabras clave

INDÍGENAS, CIDADE, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, POLITICAS PUBLICAS, ASSESSORIA TÉCNICA

não são reconhecidos como tal frente a instituições públicas ou mesmo no cotidiano da cidade.

Conforme o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2008) afirma, durante o regime militar muito se fez para apagar a presença dos indígenas no Brasil, a partir da invisibilização das suas especificidades culturais, seu modo de vida e sua transformação em parte integrante da população pobre do país, o que resultou em tratamento genérico por parte de políticas do Estado. Ao mesmo tempo e nessa mesma época, construíram-se instituições, como a já citada Funai (Fundação Nacional do Índio), que, paradoxalmente, ao cercar, demarcar e definir limites territoriais, garantiu a existência e a permanência indígena em contextos específicos. Em outras palavras, em nome de uma ideia aglomerante de Brasil, as políticas adotadas visavam tanto absorver a população indígena, quanto extingui-la pelo esquecimento.

No entanto, em função desse paradoxo, indígenas são vítimas de uma perseguição e de um paulatino genocídio, sendo retirados de suas terras e expulsos de suas casas, vendo sua cultura ser transformada em objeto museográfico e definidos como um único povo, apesar de todas as diferenças e singularidades de cada etnia. Assim, memórias e laços foram destruídos e etnias / povos desapare-

ceram. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), elaborado com o objetivo de dar luz aos fatos ocorridos durante o período militar brasileiro, revela a omissão e violência do Estado entre as décadas 1940 e 80, sobretudo em relação à baixa fiscalização e proteção das terras indígenas e à ineficiência de programas de atenção à saúde voltados para a população indígena. Em Minas Gerais, o caso dos Krenak é exemplar da realidade diaspórica vivida por muitos grupos no período, quando os indivíduos considerados infratores eram enviados para reformatórios e sujeitos ao trabalho escravo².

Após tais processos de êxodo, tem-se hoje, em Minas Gerais, segundo a Funai (2018), 12 terras indígenas. O número corresponde a terras indígenas em diferentes estágios do processo de demarcação definidos pela legislação brasileira, desde os estudos iniciais até o registro em cartório em nome da União. Entretanto, vale destacar, que existem ocupações indígenas em diversas partes do estado que reivindicam o reconhecimento de seus direitos e que ainda não foram contabilizadas pelo órgão fe-

² Em Minas Gerais, existiam duas instituições nesses moldes durante o regime militar brasileiro: o Reformatório Agrícola Indígena Krenak, no município de Resplendor, e a Fazenda Guarani, em Carmésia. Essas instituições receberam centenas de indígenas, originários de etnias diversas do Brasil (CNV, 2014).

deral competente. Assim, em termos de ocupação territorial, é possível identificar situações diversas, como indígenas aldeados em terras tradicionalmente habitadas há séculos, grupos que ocupam reservas adquiridas pelo Estado, além de ocupações recentes que não chegaram a dar abertura ao processo de demarcação.

Em comum, muitas dessas terras e áreas ocupadas encontram-se próximas a cidades e exercem ali grande influência no tocante a representações políticas. Esse é o caso dos Maxakali, que elegeram em 2016 seu primeiro vereador; e dos Xacriabás, que continuamente ocupam cargos de vereadores ou até mesmo prefeitos em São João das Missões, no norte de Minas Gerais. Essa relação com o contexto urbano tem se intensificado no caso dos indígenas brasileiros, principalmente entre aqueles grupos que vivem fora da Região Amazônica, onde a distância entre as aldeias e as cidades é encurtada com grande agilidade. Isso faz com que muitos desses indígenas estejam presentes também no contexto das cidades, seja em situação permanente ou em trânsito.

O Programa de Extensão MORAR INDÍGENA vem trabalhando em várias frentes junto a etnias indígenas nos mais diversos contextos, desde a sua

criação, em 2014³. Porém, o trabalho em desenvolvimento, a partir de 2017, diz respeito justamente a uma assessoria junto aos indígenas que hoje se encontram dispersos, mas em alguns momentos organizados, pela Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e que refletem essas aproximações descritas acima entre o universo da aldeia e o espaço urbano. Diante disso, este artigo apresenta e discute esse processo de assessoria técnica e os procedimentos metodológicos desenvolvidos pelo grupo junto às comunidades indígenas em dois contextos: a proposta de criação de um Centro de Referência Indígena na capital do estado e a retomada de um terreno para a construção de uma aldeia multiétnica na periferia da área metropolitana. As atividades extensionistas foram articuladas às ações de ensino e pesquisa dos integrantes do grupo, como busca-se expor neste trabalho.

2. A assessoria técnica e representação: questões de base

Antes de discorrer sobre a metodologia adotada pelo MORAR INDÍGENA na prática extensionista

³ O programa MORAR INDÍGENA, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, tem como objetivo promover projetos que visam a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, ampliando sua autonomia em relação à gestão dos seus territórios.

com os indígenas moradores e em trânsito pela RMBH⁴, é necessário situar as referências adotadas pelo grupo no que diz respeito ao conceito de assessoria técnica e à ideia de representação.

Com relação à primeira referência, encontramos em Kapp e Baltazar (2016) um breve histórico sobre o tema aplicado ao campo da arquitetura e urbanismo, a partir do qual as autoras abrem um debate importante sobre assistência técnica versus assessoria técnica. Segundo elas, a assistência técnica se baseia na abordagem de necessidades, ou seja, parte-se do pressuposto que há um problema e o papel do técnico é resolvê-lo. Já na assessoria técnica, o horizonte seria o ganho de autonomia individual e coletiva, deslocando o papel do técnico para aquele que articula as demandas e fornece instrumentos para que estas possam ser resolvidas pelo próprio grupo envolvido no processo. Nesse caso, garante-se a emergência do político nas relações em construção, na medida em que novos laços são construídos, pactos são feitos e decisões são tomadas por todos e não pelo técnico apenas.

No caso da relação entre assistência e assessoria

⁴ Considera-se indígena em trânsito o indivíduo que reside em aldeia localizada em terra indígena e que está temporariamente vivendo em contexto urbano, em função de tratamento de saúde, trabalho, estudos ou outra atividade.

no contexto universitário, mais especificamente da extensão universitária em arquitetura e urbanismo, enquanto a primeira diz respeito a um apoio técnico junto a comunidades externas na resolução de seus problemas através do conhecimento adquirido na universidade, a segunda aponta possibilidades coletivizadas para as comunidades envolvidas. Isso significa dizer que para a assessoria não interessa apenas resolver o problema, e sim politizar as questões relativas aos contextos que as envolvem, buscando promover condições mais coletivas e autônomas de produção espacial. Em suma: "o paradigma da assistência se funda nesse ideário assistencialista, a assessoria aponta para uma relação sem dominação, ainda que assimétrica" (2016).

Dialogando com essa discussão, os pressupostos metodológicos do programa MORAR INDÍGENA foram sendo construídos, tendo como baliza o conceito de assessoria técnica e como desafio a criação de instrumentos que promovessem a autonomia dos indígenas participantes. Entretanto, além das dificuldades inerentes ao processo, a equipe do programa se deparou com uma questão central, que se refere ao fato de esses indígenas se encontrarem dispersos no território e politicamente desarticulados. Apesar do Censo apontar a presença de 7.979 indígenas autodeclarados na Região Metropolitana de Belo Horizonte (IBGE, 2010), o grupo

teve contato com poucos e em poucas ocasiões⁵. Tal fato provocou novas dúvidas e impasses, dessa vez relativos à representatividade de lideranças específicas, que pudessem garantir, em alguma medida, uma parceria contínua e uma relação de confiança sólida entre o MORAR INDÍGENA e os indígenas.

Diante dessa questão, os pesquisadores do programa de extensão encontraram na discussão feita pela cientista política Chantal Mouffe (2000) uma ideia de representação que não apenas estabelece a relação de verdade entre o representado e o representante, tornando-se procedimento legítimo de uma democracia representativa, reconhecida como sinônimo de democracia hegemônica no mundo globalizado, mas que também se configura como potencial de apontamento do povo que não tem nome, que não existe ou que não é visível. Isso quer dizer que representar é também produzir imagem daquilo que, apesar de não ser maioria, existe. Ainda segundo Mouffe, a importância da democracia representativa se faz em função da sua

⁵ Vale destacar que as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referem-se à autodeclaração na categoria raça/cor, o que pode não representar necessariamente grupos indígenas constituídos e reconhecidos por seus pares e por instâncias como a Funai. Além disso, os dados do Instituto referem-se exclusivamente aos indivíduos residentes na RMBH, não computando os indígenas em trânsito, sujeitos de destaque nos trabalhos desenvolvidos pelo MORAR INDÍGENA.

garantia à existência de valores e direitos, mesmo que esses não sejam necessariamente reconhecidos como válidos por serem entendidos como minoritários.

Assim, ao mesmo tempo em que as dificuldades relativas a dispersão dos indígenas tanto no território como na forma de representação foram aparecendo, elas acabaram se tornando de interesse para o grupo, na medida em que foram percebidas como exercício de produção de uma visibilidade, legitimidade e amplitude, frente a grupos de dentro e fora da universidade, do poder público à sociedade civil em geral. O impasse inicial em ter que lidar com dados pouco quantitativos se transformou no desafio em mapear no espaço e no tempo as intensidades das ocorrências (violências sofridas, abusos policiais, etc) e dos eventos (festas, encontros, feiras, etc), a partir de dados coletados de diversas formas, tanto em fontes de jornais e outras mídias, quanto em conversas realizadas por meio de mapeamentos coletivos e rodas de conversas. A questão para o programa Morar Indígena se deslocou daquela associada às identidades (são ou não são indígenas, quem os representa), para outra relativa à sua relação com o território urbano, os modos de apropriação e subversões engendrados a partir e para além das interdições identificadas.

Essa percepção dialoga com as asserções feitas por Eduardo Viveiros de Castro sobre o que é ou não ser índio (2008). No texto *No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é* o cientista argumenta que ser ou não índio não deveria se basear na documentação produzida por órgãos institucionais estatais, a partir de definições elaboradas por antropólogos, e que, muitas vezes, se opõem às declarações feitas pelos próprios indígenas. Para Viveiros de Castro, ser índio relaciona-se com a legitimidade e o reconhecimento que se tem junto a seus pares associado a um modo de viver que é indígena. Tal discussão é importante, pois coloca a representação como verdade de quem fala e não como hipótese que deve ser verificada junto a organismos e entidades externos. Sendo assim, partiu-se do pressuposto que os indígenas que vivem na cidade são indígenas porque assim eles se definem e, principalmente, assim são reconhecidos por seus pares, não cabendo questionar a força da enunciação.

3. Metodologia extensionista do morar indígena

A aproximação do programa de extensão aos indígenas da Região Metropolitana de Belo Horizonte se iniciou a partir de duas pautas: as construções do Centro de Referência (CRI) e da aldeia multiétnica, discutidos em reuniões e audiências públicas,

com participação de representantes da sociedade civil de modo geral, do Estado nas suas diversas esferas e de indígenas de etnias presentes na RMBH. Embora pudesse ser notado graus de adesão distintos por parte dos envolvidos, a proposta de criação do CRI foi especialmente debatida pelos indígenas em trânsito pela capital, em função da dificuldade enfrentada pelo grupo quanto à estadia durante o período em que permanecem na cidade para a venda de artesanato. Não por acaso, durante esse intervalo e em função da demanda por permanência em Belo Horizonte, parte desses indígenas se envolveram no processo de ocupação de um terreno às margens do Rio Paraopeba, em São Joaquim de Bicas. Denominado por eles de “re-tomada indígena”, o movimento prevê a construção de uma aldeia multiétnica, envolvendo principalmente os Pataxó do sul da Bahia e os Puri⁶.

Essas duas pautas centrais são os pontos sobre os quais convergem as ações de extensão do programa a partir de 2017. Sobre essas pautas orbitavam, inclusive, as outras demandas dos indígenas e eram elas que punham em visibilidade às questões

⁶ Em agosto de 2018, quando este trabalho foi finalizado, algumas famílias de indígenas já ocupavam a área, com barracas de lona e bambu e se mobilizavam para a captação de água para consumo humano.

por eles enfrentadas. Elas revelam um cenário complexo, envolvendo o Poder Público, a representatividade de Avelin entre os indígenas e um universo de sujeitos pouco conhecidos e com demandas urgentes e extremamente flutuantes – já que o surgimento de novas pautas, a adesão e abandono aos temas eram frequentes.

Desse modo, a metodologia criada pelo programa de extensão MORAR INDÍGENA para trabalhar junto aos indígenas tendo em vista as duas pautas principais citadas se basearam em três estratégias:

- Quanto aos dados a serem acessados, o grupo optou por fontes tradicionalmente utilizadas em pesquisas acadêmicas (documentos, artigos, reportagens, mapas oficiais, dados censitários, etc), associadas a dados produzidos em ato, nos momentos de disputa e negociação. Para tal, os integrantes do programa de extensão participaram de audiências públicas, de assembléias internas dos indígenas, de festas em datas comemorativas, de mostras de cinema, ou seja, de eventos que em alguma medida dizem respeito a uma dimensão jurídica, social, cultural e espacial do que significa ser e viver como indígena numa cidade como Belo Horizonte;
- Com relação aos instrumentos de investigação, foram usados tanto questionários não-estruturados,

como também jogos e outros dispositivos voltados para mapeamentos coletivos, que ativassem discussões e novas problematizações sobre a questão indígena nas cidades, além de propor exercícios de produção imagética seja da casa indígenas, seja do aldeamento;

· Para escapar da relação clientelista, as demandas solicitadas foram respondidas por meio de projetos-documentos desenvolvidos e organizados não como solução fechada e definitiva, mas como instrumentos aberto às negociações entre os indígenas e o poder público.

4. Aproximações

A partir da metodologia indicada, pretende-se apresentar, neste tópico, três momentos de aproximação entre o programa de extensão e os indígenas em contexto urbano, todos ocorridos durante o ano de 2017. Essas aproximações estiveram centradas nas propostas de acompanhamento e construção de produtos – mapeamentos coletivos, jogos interativos, projetos de arquitetura e documentos diversos – que viabilizassem o desenvolvimento das principais pautas apresentadas pela questão do indígena na cidade, favorecendo a construção de diálogos entre os integrantes do MORAR INDÍGENA e a comunidade parceira nas ações de extensão,

entre os próprios sujeitos participantes dessa comunidade e entre eles e o Estado.

Vale ressaltar ainda que essas aproximações buscaram refletir a proposta do MORAR INDÍGENA de pôr em articulação as atividades de extensão, pesquisa e ensino, fazendo com que pautas e produtos originados em cada uma dessas vertentes pudessem se disseminar e alimentar discussões nas demais. A forma como foram inseridas e abordadas as duas pautas centrais do grupo ao longo desse período – o Centro de Referência Indígena e a ocupação de um terreno para construção de uma aldeia em contexto urbano – demonstra o modo como essa abordagem pode ocorrer. Assim como a proposta de construção de um Centro de Referência levou à necessidade de mapeamentos e se tornou foco de uma disciplina ofertada pela Escola de Arquitetura, foi durante uma outra exploração em sala de aula – cujo intuito era produzir plataformas e dispositivos para viabilizar a presença indígena na cidade – que o programa obteve as primeiras informações sobre a construção da nova aldeia, iniciando processo de acompanhamento da pauta junto aos indígenas.

As experiências não estão necessariamente apresentadas em ordem cronológica, à exceção da primeira aproximação: um mapeamento colaborativo

realizado na região central da cidade com os índios em trânsito que vendem artesanato na capital mineira e que serviu de base para os demais estágios do contato e desenvolvimento das outras formas de diálogo. As duas experiências seguintes – a disciplina de projeto arquitetônico para o Centro de Referência e a disciplina de produção de plataformas e dispositivos de indianização da cidade – indicam, de modo mais direto, o trânsito entre sala de aula, pesquisa e ação extensionista, além de revelarem o aprofundamento desse contato.

4.1 Mapeamentos colaborativos na cidade: uma primeira aproximação com os indígenas em contexto urbano

Conforme citado anteriormente, em vários momentos a idéia de representação, e até mesmo de existência dos indígenas, é colocada em questão pelo poder público. Em Belo Horizonte, por exemplo, qualquer demanda colocada pelos indígenas na Câmara dos Vereadores é devolvida com a cobrança de um censo da população indígena que habita o município, sob o argumento que apenas por meio da quantificação seria possível comparar o grau de necessidade e urgência dessas demandas com outras em discussão na casa. Essa cobrança, entretanto, é muitas vezes questionável, visto que

a dívida histórica com os povos originários é algo incomensurável, e o simples direito de andar pelas ruas da cidade em seus trajes tradicionais nem deveria ser pauta de discussão.

Por outro lado, há uma grande resistência por parte dos indígenas, representados na Câmara dos Vereadores pela Avelin, com a realização de um cadastro da população indígena moradora de Belo Horizonte, na medida em que tal cadastro pode resultar tanto no reconhecimento e, conseqüentemente, no acesso aos serviços públicos, quanto pode contribuir para fomentar julgamentos preconcebidos, atrelados à preconceitos relativos ao indígena como um “povo preguiçoso”, que não possui uma representação nem uma causa política consistente. Para Avelin, a importância e a legitimidade de um centro de referência indígena estaria justamente na sua possibilidade de reverter essa imagem e promover a valorização da cultura indígena.

Diante do desafio de se visibilizar a presença indígena na cidade, sem contudo fragilizar seus argumentos e suas demandas, o MORAR INDÍGENA optou por construir instrumentos voltados para mapeamentos colaborativos. O local escolhido pela equipe do programa foi a Feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena, onde e como os indígenas moram, trabalham, descansam e circulam pela

cidade. Os mapas produzidos foram entregues às lideranças indígenas, que puderam apresentar aos representantes do poder público não um número e uma quantidade, mas uma existência real e legítima, de uma população que não só habita Belo Horizonte, mas que também transita entre as aldeias e as cidades para vender seu artesanato, e cujo endereço não é fixo, o que deveria lhe conferir um outro tipo de cadastro, menos localizado, mais itinerante, ou seja, menos vinculado ao município e mais relacionado à questão indígena de modo amplo. Como contraproposta a um recenseamento quantitativo, o mapeamento pretendia evidenciar a presença indígena na cidade, sem com isso aprisioná-la em dados demográficos convencionais, considerados insuficientes para abordar essa pauta⁷. Essa abordagem foi resultado de um dos primeiros contatos do programa de extensão com os indígenas presentes na cidade de Belo Horizonte e serviu de baliza para outros momentos posteriores.

⁷ Exemplo dessa insuficiência é o fato de que, para a contagem populacional, o Censo realizado pelo IBGE utiliza, predominantemente, informações sobre a população residente. Esses dados não captam a população indígena em trânsito, que vive parte do tempo nas aldeias – onde são recenseadas pelo órgão federal – e outra parte nas cidades. Apesar de não contabilizar essa população nas cidades, é essa situação de trânsito que traz à tona as questões centrais levantadas por eles.

4.2 A sala de aula como lugar da prática extensionista e da reflexão científica: os caminhos para um Centro de Referência Indígena

No primeiro semestre de 2017, a proposta de criação de um Centro de Referência Indígena (CRI) defendida pela Avelin foi levada para dentro de uma disciplina de projeto arquitetônico. As disciplinas de projeto da Escola de Arquitetura da UFMG desde 2009 estão organizadas em módulos flexíveis ou projetos flexibilizados (Pflex), de duração de 60 horas aula, com temáticas diversas, definidas pelos professores responsáveis por ministrá-las. Essa configuração permite que haja uma boa articulação entre projetos de pesquisa e/ou extensão com o ensino, reforçando o que se entende como tríade (ou tripé) dos objetivos da universidade.

Com relação à disciplina na qual se desenvolveu o projeto do CRI, Pflex-Arquitetura Desobediente, seu objetivo é justamente o de promover a interlocução entre academia e demandas identificadas e problematizadas com algum grupo em situação de vulnerabilidade social. Naquele semestre, um dos grupos escolhidos por cinco alunos foram o dos indígenas que habitam e circulam na cidade de Belo Horizonte.

Entretanto, como mencionado em tópico anterior,

a equipe do MORAR INDÍGENA pode identificar nas reuniões que antecederam o início da disciplina graus de adesão diferentes por parte dos indígenas no que se refere à criação do CRI. E não apenas em intensidades a diferenças podia ser percebidas, mas também relativas às definições e objetivos. Para alguns, o centro seria importante para dar visibilidade às culturas indígenas, seus artesanato, seus rituais e modos de cura. Para outros, além dessas atividades, o centro deveria comportar espaços para abrigos temporários, já que parte dos indígenas viam para Belo Horizonte em determinados meses por ano, durante um tempo determinado.

Diante dessas questões, foi necessário que os alunos do pflex tivessem acesso ao documento escrito pela Avelin, no qual ela descrevia o que, para ela, seria o centro de referência. A partir da sua leitura, os alunos identificaram os principais verbos e espaços citados ali, como também buscaram nas obras análogas mencionadas no texto uma referência espacial que pudesse funcionar como ponto de partida para o dimensionamento e programa do CRI.

Além disso, foi importante a participação dos alunos nos vários eventos relacionados com a temática indígena, que estavam acontecendo naquele período, desde de mostras de cinema, festas e

eventos comemorativos. Iniciou-se assim um processo cartográfico interessante, a partir do qual os alunos não apenas entendiam como se dava o uso dos espaços, onde e quando os principais eventos aconteciam, mas também quais eram as coisas necessárias para que esses eventos fossem realizados, como por exemplo, os objetos decorativos e/ou ritualísticos, as comidas, a fogueira, o espaço para pitar um cigarro, a música.

Todas as atividades mapeadas foram transformadas em informações e dados espaciais. Produziu-se, com o apoio dos alunos bolsistas do MORAR INDÍGENA, um glossário de temas e situações relativos à questão indígena, mapas de Belo Horizonte e um calendário com as marcações dos principais eventos e ocorrências que envolviam os indígenas que habitam ou apenas transitam pela cidade.

As propostas desenvolvidas – projetos arquitetônicos, maquetes físicas e digitais – foram apresentadas em banca final da disciplina, que contou com a presença da Avelin na equipe avaliadora. Importante ressaltar que todo o material apresentado e entregue foi produzido no intuito de servir como instrumento de negociação entre os indígenas e o poder público. Mais que um projeto de arquitetura, os alunos desenvolveram argumentos, pressupostos e diretrizes de uma espacialidade a ser

reivindicada como espaço de referência para essa população indígena.

5. Considerações finais

Depois de descritas tais experiências, há de se colocar os limites e até mesmo, paradoxos, de tal assessoria desejada pelo programa. Destacam-se três aspectos quanto à experiência do MORAR INDÍGENA nesse contexto de atuação.

O primeiro, refere-se às dificuldades enfrentadas em relação a construção de um diálogo duradouro. Se a distância entre a cidade e as aldeias foi um dos fatores que levaram o programa de extensão a se voltar para a questão dos indígenas presentes nas cidades, as rupturas no processo de comunicação permanecem como elementos distanciadores mesmo nesses casos. Ainda que as barreiras geográficas tenham sido eliminadas com a aproximação física entre o programa e a comunidade, no contexto urbano, as distâncias não se dissolvem. É necessário, portanto, continuar a perscrutar formas mais eficientes de encontro entre esses dois universos.

Em decorrência dessa dificuldade, o processo de trabalho é muitas vezes travado ou pode ser

desviado por situações ainda indefinidas. O reconhecimento da comunidade e suas lideranças está nesse bojo. Identificar lideranças e construir um mapa geral das questões centrais colocadas pelas comunidades – bem como a adesão dos integrantes a esses temas – é parte fundamental da ação de extensão. No trabalho com indígenas em contexto urbano, essa tarefa torna-se ainda mais difícil de ser elaborada do que entre os indígenas aldeados. Dispersos pela cidade, há uma comunidade em processo de construção, que busca legitimar-se por meio de sua luta, mas que oferece ao pesquisador ingredientes um tanto opacos quanto ao lugar ocupado por cada um desses elementos. A representatividade assim não se constitui e nem ganha corpo resistente dentro de organismos institucionais e nem junto a grupos de apoio, como é o caso junto ao programa.

O segundo aspecto refere-se à importância das relações estabelecidas, pelo programa, entre a extensão e as atividades de pesquisa e ensino. Como abordado anteriormente, as atividades extensionistas no âmbito do MORAR INDÍGENA estão intimamente ligadas à pesquisa científica e ao trabalho docente dos integrantes do grupo, e esse fato é o que tem permitido promover uma abordagem reflexiva e prospectiva às três vertentes.

Entretanto, essa abordagem que transita entre a sala de aula e os espaços da cidade leva a alguns enfrentamentos e um tópico necessário de ser apresentado a esse respeito corresponde às diferenças temporais entre cada uma dessas vertentes. A urgência que muitas vezes a extensão demanda põe em questionamento os procedimentos tradicionais de pesquisa aos quais a ciência está acostumada. Por outro lado, o curto período de uma disciplina nem sempre é suficiente para o desenvolvimento em profundidade das propostas de extensão e o acompanhamento de sua execução, como deveria ser feito.

Ocorre que, se a tentativa de agregar essas três vertentes coloca, em princípio, esses enfrentamentos, é justamente a reunião desses fatores que tem permitido ao MORAR INDÍGENA desenvolver processos mais articulados. Como apresentado aqui, em muitos casos, a sala de aula tornou-se ambiente fértil para o desenvolvimento de questões levantadas durante etapas de pesquisa e ações extensionistas. Em outros momentos, ela foi o lugar da emergência de pautas e produtos que puderam ser melhor elaborados após o fim do período letivo, ou seja, durante as atividades de extensão e pesquisa que se desdobraram a partir das disciplinas ofertadas.

E finalmente, sobre a questão da assessoria técnica. Ainda que o desejo do programa seja oferecer ferramentas para que uma autonomia coletiva surja, vê-se que num primeiro momento, mais se fez assistência do que assessoria pois a existência da própria questão indígena está em jogo. Nestas aproximações aqui descritas o que se tentou foi justamente dar corpo a demandas históricas a fim de dar existência a um povo. Ao mesmo tempo, isso é interessante na medida em que fica claro que a assistência e assessoria não são dois pólos contrastantes, mas que podem até mesmo ser complementares, contanto que o último seja o horizonte a se perseguir para a produção de um outro espaço vivido.

No que diz respeito a produção de um espaço indígena, há tentativas ou ensaios de autonomia e/ou emancipação surgindo que podem ser associadas a existência e intensidade que a luta indígena em Belo Horizonte foi tomando ao longo do tempo com a simples idéia do CRI. No município de São Joaquim das Bicas, na região metropolitana de Belo Horizonte, está em processo a construção da aldeia indígena Naõ Xohã, passo central para a construção de uma vida indígena. A retomada dessa terra diz muito da possibilidade de se construir uma vida indígena, ainda que esteja em seus passos iniciais. Nesse sentido, talvez seja aqui que o programa MORAR INDIGENA pode se desdobrar e sair da

assistência para a assessoria: dando instrumentos para que os indígenas discutam e organizem a sua própria existência.

Desde 2015 o programa vem tentando criar instrumentos de discussão e autonomização. O mais recente se deu em 2017, no qual programa foi convidado a participar da 69ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sediada pela UFMG. Na ocasião foi feito uso de um dispositivo de diálogo capaz de contribuir para a tomada de decisões no processo de projeto de arquitetura e urbanismo. Os participantes foram convidados a experimentar o jogo criado pelo MORAR INDÍGENA para o mini-curso do SBPC, a partir de uma adaptação de jogos já desenvolvidos pelos pesquisadores do programa em outras ocasiões. O objetivo era levantar discussões sobre as necessidades dos participantes em relação aos espaços habitados e também promover e simular a negociação de uma hipotética aldeia a ser construída.

Portanto, a aldeia num longo prazo pode ser o território no qual uma assessoria pode se desenhar de forma mais efetiva tendo em vista a possibilidade de amadurecimento de uma organização política mais sólida e efetiva nos próximos anos, ainda que de forma lenta.

Referências bibliográficas

CNV. Comissão Nacional da Verdade (2014) *Relatório: textos temáticos*. Brasília: CNV.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio (2018) *Apresenta informações sobre terras indígenas no Brasil. 2018*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 03 ago 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro.

Szutman, Renato (2008) *Eduardo Viveiros de Castro*. Rio de Janeiro: Azougue.

Kapp, Silke, Baltazar, Ana (2016) *Assessoria Técnica com Interfaces*. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/2a_aula/2016_06_20_baltazar_kapp_enanparq.pdf. Acessado em: 05/ago/2018.

Mouffe, Chantal (2000) *The Democratic Paradox*. Verso.